

PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS: ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DE AGRICULTORES FAMILIARES

Murilo Barreto Santana

Doutor e Professor do Departamento de Ciências Administrativas e Contábeis
Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)
mbsantana@uesc.br

Bruno de Oliveira Ferreira

Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)
bruno.si@hotmail.com

Risia Kaliane Santana de Souza

Doutora e Professora do IFBaiano
risiakaliane@gmail.com

Para citar este artículo puede utilizar el siguiente formato:

Murilo Barreto Santana, Bruno de Oliveira Ferreira y Risia Kaliane Santana de Souza (2020): "Programa de Aquisição de Alimentos: Análise do Desenvolvimento Socioeconômico de Agricultores Familiares", Revista DELOS, Vol 13 N° 37 (diciembre 2020). En línea: <https://www.eumed.net/es/revistas/delos/vol-13-no-37-diciembre-2020/agricultores-familiares>

RESUMO

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) além de gerar segurança alimentar a uma parte da população brasileira melhora as condições financeiras dos produtores familiares. Assim, este artigo tem por objetivo examinar a contribuição do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no desenvolvimento socioeconômico dos agricultores rurais da Cooperativa de Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar do Sul da Bahia (COOFSULBA). Os dados foram coletados via pesquisa bibliográfica, documental e aplicação de questionários. Por meio de análise qualitativa o estudo demonstra a importância do PAA no desenvolvimento socioeconômico dos agricultores. Foi identificado que a implantação do programa melhorou a renda dos beneficiários e permitiu melhores condições de acesso a educação, saúde e transporte. Conclui-se que o Programa de Aquisição de Alimentos, considerando o caso estudado, cumpriu importante função social e econômica que refletiu diretamente na qualidade de vida dos associados.

Palavras-chave: Agricultura Familiar, Desenvolvimento social e econômico, Programa de Aquisição de Alimentos.

Food Acquisition Program: Analysis of the Socioeconomic Development of Family Farmers

ABSTRACT

The Food Acquisition Program (PAA), in addition to generating food security for part of the Brazilian population, improves the financial conditions of family farmers. Thus, this article aims to examine the contribution of the Food Acquisition Program (PAA) in the socioeconomic development of rural farmers of the Cooperative for Sustainable Development of Family Agriculture in Southern Bahia (COOFSULBA). Data were collected via bibliographic, documentary research and questionnaires. Through qualitative analysis the study demonstrates the importance of PAA in the socioeconomic development of farmers. It was identified that the implementation of the program improved the income of the beneficiaries and allowed better conditions of access to education, health and transportation. It is concluded that the Food Acquisition Program, considering the case studied, fulfilled an important social and economic function that directly reflected in the quality of life of the members.

Keywords: Family Farming. Social and economic development. Food Acquisition Program.

Programa de Adquisición de Alimentos: Análisis del Desarrollo Socioeconómico de los Agricultores Familiares

RESUMEN

El Programa de Adquisición de Alimentos (PAA), además de generar seguridad alimentaria para parte de la población brasileña, mejora las condiciones financieras de los agricultores familiares. Así, este artículo tiene como objetivo examinar la contribución del Programa de Adquisición de Alimentos (PAA) en el desarrollo socioeconómico de los agricultores rurales de la Cooperativa para el Desarrollo Sostenible de la Agricultura Familiar en el Sur de Bahía (COOFSULBA). Los datos fueron recolectados mediante investigación bibliográfica, documental y cuestionarios. A través del análisis cualitativo, el estudio demuestra la importancia del PAA en el desarrollo socioeconómico de los agricultores. Se identificó que la implementación del programa mejoró los ingresos de los beneficiarios y permitió mejores condiciones de acceso a la educación, la salud y el transporte. Se concluye que el Programa de Adquisición de Alimentos, considerando el caso estudiado, cumplió una importante función social y económica que se reflejó directamente en la calidad de vida de los miembros.

Palabras clave: Agricultura familiar. Desarrollo social y económico. Programa de Adquisición de Alimentos.

1. INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos a sociedade brasileira tem sofrido com a desigualdade social e econômica e isso tem gerado diversos outros problemas sociais, a exemplo da fome e a miséria. (Silva & Hespanhol, 2019). Segundo dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (2016), o mapa da fome mostrou que existem índices elevados de insegurança alimentar em todo país. Os bolsões de miséria podem ser visto em regiões bastante populosas, mas também em pequenas comunidades. Deve-se salientar que a região Nordeste do Brasil é a mais afetada pela insegurança alimentar. A região continua apresentando índices elevados de indigência, fome e desnutrição da população. Na área rural, em especial, esse problema ganha ainda mais proporção.

Em Ilhéus e toda região cacauzeira da Bahia a situação não é diferente. A agricultura da região teve como base de sua economia durante muitos anos o setor primário, e o cacau como principal produto agrícola. No fim da década de 1980 e início da década de 1990 surge um fungo mais conhecido como vassoura-de-bruxa que dizima boa parte da lavoura cacauzeira do sul da Bahia. A região passou por um forte período de recessão econômica e isso fez com que uma quantidade significativa da população rural migrasse para os centros urbanos, por não haver mais oportunidades de emprego no campo. (Ceplac, 2019; Santana, 2013).

Objetivando a melhoria dos índices nutricionais da população em desvantagem social e o desenvolvimento de agricultores em todo o país, sobretudo das comunidades mais pobres como a região cacauzeira, surgiram algumas ações de suporte público. Já nos anos 2000 foram desenvolvidas políticas públicas que visavam diminuir o número de pessoas em situação de fome. Em 2003, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) surge como forma de ajudar a gerar segurança alimentar para milhares de pessoas em vulnerabilidade social. (Alves, Vieira & Silva, 2003).

O PAA passou a ser administrado pela Companhia Nacional de Abastecimento-CONAB, órgão responsável pelo acompanhamento e fiscalização nas unidades federativas. O objetivo principal do programa era minimizar os efeitos da fome no país trazendo melhores condições nutricionais a indivíduos em situação de extrema pobreza. Esse é um importante resultado da política. Deve-se considerar que, por outro lado, ajuda a escoar a produção vinda do campo e melhora as condições de renda dos trabalhadores rurais. O programa incentivou pequenos

agricultores a aumentarem sua produtividade e diversificarem os seus cultivos em unidades agrícolas. Por conseguinte gerou uma importante complementação de renda para agricultores familiares, com a compra garantida de seus produtos. Em alguns casos, o valor repassado aos agricultores pelo programa passa a ser a principal fonte de renda. (Conab, 2019).

Diante do contexto da criação do PAA e da necessidade do desenvolvimento local sustentável da região sul da Bahia, nasce a Cooperativa de Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar do Sul da Bahia (COOFSULBA) em 2004. A entidade surgiu com uma vocação natural de ampliar a capacidade produtiva de seus cooperados e permitir o acesso às várias políticas públicas iniciadas pelo Governo Federal, a exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. A cooperativa fez o envio da sua primeira proposta PAA a CONAB-BA/SE em 13 de dezembro de 2006, totalizando 08 propostas até o ano de 2016. A ideia da associação era garantir uma renda e melhores condições de vida a seus cooperados. (Ceplac, 2019; Sdr, 2018).

Diante do exposto, esta pesquisa aborda o impacto do PAA sobre a qualidade de vida dos produtores familiares. O problema da pesquisa, nesse sentido, é: Para além de gerar segurança alimentar da população mais pobre, qual a contribuição do PAA para a melhoria dos aspectos socioeconômicos dos agricultores rurais da COOFSULBA? Como forma de responder ao questionamento busca-se: fazer uma breve análise do perfil dos agricultores antes da participação no PAA; e examinar o impacto do programa sobre os indicadores socioeconômicos dos produtores rurais da Cooperativa de Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar do Sul da Bahia.

Além dessa introdução este artigo apresenta mais quatro seções. O referencial teórico versa a respeito do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). A terceira seção apresenta os procedimentos metodológicos. A quarta refere-se à análise dos resultados da pesquisa. Por fim, são apresentadas as considerações finais.

2. PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA)

A história do Brasil demonstra que a agricultura teve grande importância no desenvolvimento do país. O Produto Interno Bruto do país depende, em grande medida, desse setor. O Brasil possui uma imensa riqueza mineral, além de terras férteis que possibilitam uma grande diversificação de

culturas. Do total de terras, a exemplo do que ocorre em todo o mundo, existe um grande número de pequenas propriedades e agricultores familiares. (Blumke, 2017).

Pouco mais de 90% das 570 milhões de propriedades agrícolas mundiais são geridas por famílias, segundo a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (2016). Essas propriedades são responsáveis por 75% de todos os recursos agrícolas globais. Isso representa 80% dos alimentos no mundo inteiro e também significa que as estratégias de desenvolvimento sustentável ambiental, social e econômico passam, necessariamente, por este setor produtivo. Para a ONU, a agricultura familiar é um passaporte para erradicar a fome mundial e alcançar a segurança alimentar sustentável. (Onu, 2016).

Há algumas décadas a agricultura familiar possuía pouca representatividade no cenário nacional, seu desenvolvimento era retraído e havia carência de ações e programas governamentais. Essa realidade começou a mudar a partir de meados da década de 90, época em que se inicia a criação de um movimento de formação de grupos sociais em prol do fortalecimento dos agricultores familiares. Em 1996 é criado o Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, em meio a demandas de sindicalistas ruralistas e grupos de interesses. O programa visa promover crédito agrícola e principalmente apoiar e incentivar os pequenos produtores rurais oportunizando ganhos para a categoria. (Silva & Hespanhol, 2019).

Nos anos seguintes, já em 2003, foi criado o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Agricultores familiares, assentados da reforma agrária, comunidades nativas, agricultores extrativistas foram ainda mais reconhecidos e estimulados nas diversas políticas agrícolas. Estabeleceram-se, após a criação do MDA, diretrizes para a construção da Política Nacional de Agricultura Familiar e para empreendimentos rurais. (Santos, Soares, Benavides, 2015).

No mesmo ano de 2003 o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi criado pelo Governo Federal a partir do art. 19 da Lei nº 10.696, trazendo consigo a finalidade básica de promover segurança alimentar a população mais pobre. Contudo, além de assistir famílias em situação de fome, acaba por incentivar a pequenos agricultores, objetivando o desenvolvimento da agricultura familiar. (MDS, 2010, 2013). Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário (2015), na agricultura familiar domina a produção de mandioca (87%), feijão (70%), carne suína (59%), leite (58%), carne de aves (50%) e milho (46%).

O programa de aquisição de alimentos, assim, não atende apenas aos beneficiários consumidores, que são famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social inseridas em rede socioassistencial, mas também aos beneficiários fornecedores representados por pequenos agricultores, assentado de reforma agrária, silvicultores, extrativistas, etc. (Assis, Priore, Franceschini, 2015). Ou seja, o programa possui dupla ação social, com: a) a melhoria da condição alimentar daqueles para quem são destinados os alimentos comprados dos agricultores pelo governo.; b) compra garantida da produção e desenvolvimento dos agricultores;

Para participar do PAA os beneficiários consumidores precisam buscar uma rede socioassistencial ou equipamentos de nutrição e alimentação dentro da sua área de domicílio, como os CRAS, para a inserção nos programas. Já os beneficiários fornecedores podem participar de forma individual ou conjunta através de associações e cooperativas da agricultura familiar. (MDS, 2013). Contudo, é imprescindível a obtenção de documentação que os qualifiquem como da agricultura familiar, como por exemplo, a Declaração de Aptidão ao PRONAF. Além disso devem atender a alguns requisitos básicos, tais como: não possuir propriedade rural maior que 4 módulos fiscais; utilizar predominantemente mão de obra da própria família nas atividades da propriedade; e possuir a maior parte da renda das famílias proveniente das atividades agropecuárias. (Ministério do Desenvolvimento Social, 2010, 2013).

O PAA se divide em várias modalidades, oportunizando o produtor rural acessar o perfil que mais seja de seu interesse e atenda sua necessidade. O programa é composto pelas modalidades Compra Direta da Agricultura Familiar (CDAF); Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar (CAEAF); Compra Antecipada da Agricultura Familiar (CAAF) e Compra Direta Local da Agricultura Familiar (CDLAF). A gestão nacional está ao encargo de um comitê ministerial com participação do Ministério da Fazenda (MF), Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), enquanto que a operacionalização das ações é de responsabilidade do MDS e da CONAB. (Conab, 2019).

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS é responsável por operacionalizar todas as ações do PAA por meio de convênios com estados e municípios, os quais viabilizam a modalidade CDLAF. As demais modalidades são de responsabilidade da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, órgão estadual que tem como objetivo intermediar a relação

do Governo Federal com as associações/cooperativas sem participação de intermediários na execução do programa. (Conab, 2019).

2.1 Aspectos socioeconômicos dos agricultores e o Programa de Aquisição de Alimentos

O Brasil enfrenta problemas econômicos e sociais por décadas, como o déficit do PIB, a fragilidade da economia, aumento do desemprego e conseqüentemente o crescimento da miséria. As dificuldades econômicas aliadas à desigualdade social e de renda geram situações de vulnerabilidade social para boa parte da população, inclusive a população rural. Essa vulnerabilidade estaria ligada a processos de exclusão social, discriminação e violação de direitos, a exemplo do acesso a transporte, educação, saúde. (Schneider, 2003).

Dados do IBGE (2018) reforçam a perversa situação que o país atravessava apontando que existem 55 milhões de brasileiros na linha da pobreza, sendo que desse total, 15 milhões vivem abaixo da linha da pobreza. Os resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2009) revelaram que a prevalência de famílias em situação de vulnerabilidade social na zona rural (35,1%) foi maior que na zona urbana (29,4%).

O Relatório de Insegurança Alimentar no Mundo, publicado pela Organização das Nações Unidas para Agricultura Familiar - FAO (ONU, 2016) revelou que o Brasil reduziu de forma muito expressiva a fome, a desnutrição e a subalimentação nos últimos anos. Os avanços decorrem, na análise apresentada, da priorização da agenda de Segurança Alimentar e da implementação, de forma articulada, de programas de proteção social e de fomento à produção agrícola, como o PAA.

O propósito do Programa de Aquisição de Alimentos é minimizar problemas sociais e econômicos, de modo minimizar a situação de fome, mas também gerar sustentabilidade rural oportunizando uma melhor qualidade de vida para os agricultores. O PAA possui foco também na agricultura familiar, sobretudo os produtores familiares que possuem pequenas propriedades, mas não tinham onde comercializar suas produções. (Ministério do Desenvolvimento Social, 2013).

O programa tem uma contribuição considerável para crescimento da produção dos agricultores, uma vez que garante valor unitário fixo do produto e a destinação do mesmo durante o período de execução. Ademais promove acesso ao mercado, motiva a expansão de plantações e

diversificação das culturas locais, e beneficia as famílias por meio do desenvolvimento socioeconômico dos agricultores. (Silva e Hespanhol, 2019).

Conforme Sambuichiet (2014) o programa possui impacto relevante na matriz produtiva dos pequenos agricultores. O objetivo é gerar maior diversificação da produção, além de melhorias na qualidade dos alimentos produzidos, e crescimento e desenvolvimento de associações e cooperativas com aumento da renda das famílias. Para Maluf (2001, p. 58) "o PAA tem o papel primordial de romper com o círculo vicioso da fome, e enfrentar a pobreza rural" que é uma das principais razões para gerar a vulnerabilidade social de pequenos agricultores.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Essa pesquisa, de cunho qualitativo e exploratório, visa compreender a contribuição do PAA na melhoria das condições socioeconômicas dos agricultores da COOFSULBA. O estudo envolve: Levantamento do perfil socioeconômico dos associados da cooperativa anterior a implantação do PAA; Exame do potencial desenvolvimento socioeconômico dos agricultores familiares engajados na COOFSULBA e participantes do PAA.

A coleta de dados foi desenvolvida por meio bibliográfico, documental e a aplicação de questionários. De cunho bibliográfico e documental a pesquisa explorou textos publicados e documentos da cooperativa. Foram considerados o regimento da cooperativa, atas de reunião, diários oficiais, convênios, etc. Ademais, foram aplicados questionários com cooperados da COOFSULBA que participam do projeto desenvolvido pelo PAA e residem no município de Ilhéus. Trata-se, portanto, de um estudo de caso que visa fazer inferências analíticas sobre proposições constatadas no estudo e outros conhecimentos encontrados.

Os agricultores que responderam aos questionários foram indicados pela própria COOFSULBA. No total, 23 agricultores foram consultados. O número de respondentes consultados foi finalizado por meio do entendimento da técnica conhecida como saturação. Após verificação de que a partir do 19º consultado os resultados tenderiam a ser bastante semelhantes, cessou-se a pesquisa. Os questionários foram validados por meio do alfa de cronbach como forma de evitar vieses. O alfa de cronbach representa um instrumento estatístico que quantifica, numa escala de 0 a

1, a confiabilidade de determinado questionário. Para esta pesquisa obteve-se alfa de cronbach de 0,81, índice aceitável e bem avaliado, conforme descrito por estudiosos da técnica.

Por fim, a análise dos dados coletados se deu pela observância dos dados quantitativos, bem como por meio de análise bibliográfica e documental. Os dados foram examinados por meio de análise de conteúdo através do cruzamento de categorias. Desenvolveu-se um arcabouço documental que juntamente com os procedimentos de análise foi capaz de construir as unidades de categorização de dados brutos.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Como forma de melhor apresentar os resultados obtidos pela pesquisa este tópico será dividido em duas seções: Perfil dos agricultores da COOFSULBA antes do PAA; e Desenvolvimento Socioeconômico dos agricultores pós PAA.

4.1 Perfil dos agricultores da COOFSULBA antes do PAA

No bojo da crise regional do sul da Bahia, vivendo sob o regime de agricultura de subsistência, a qualidade de vida no campo diminuiu drasticamente. As lideranças rurais da região, sob a assistência técnica dos organismos de governos municipal e federal, entenderam a necessidade de se desenvolver estratégias de desenvolvimento sustentável ambiental, social e econômico da região, e criaram o Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Rurais de Ilhéus- CONDECORI. (Santana, 2013). Com o passar do tempo e alguns experimentos de cultivos com orientação técnica os agricultores da região compreenderam a capacidade de maximização de uso dos espaços agricultáveis nas pequenas unidades de produção.

No, entanto, essa possibilidade de maximização da produção gerava também a necessidade de comercialização. Foi então que se idealizou a fundação de uma cooperativa de agricultura familiar. Com o amadurecimento dessa ideia, e após varias reuniões entre 70 presidentes de associações rurais vinculadas ao CONDECORI, técnicos da CEPLAC e da Secretaria Municipal de Agricultura foi fundada a COOFASULBA em 02 de fevereiro de 2004 (Ceplac, 2019). Os cooperados, de forma geral, buscavam melhores condições de vida no campo.

A qualidade de vida no campo está prioritariamente ligada aos aspectos socioeconômicos das famílias dos cooperados. Coube então o estudo do perfil dos cooperados. Prioritariamente os agricultores, em 73% dos casos, possuem entre 36 e 65 anos e são casados formalmente ou por união estável (77%). A maior parte também possui baixo grau de instrução e cerca de 60% possui apenas o primeiro grau incompleto. Cerca de 76% dos agricultores possuem até 3 filhos e quase metade deles (49%) residem na zona urbana.

Os cooperados da COOFSULBA cultivavam produtos diversos, dentre eles pode-se citar banana, mandioca, aipim, tomate, alface, côco, feijão, milho, quiabo, abóbora, leite, hortaliças e frutas em geral. Cerca de 96% dos cooperados possuem propriedades de até 30 hectares e em torno de 27% já foi diretamente beneficiado por programas federais de melhoria de renda.

Infelizmente pode-se afirmar que muitas famílias passavam por situações de vulnerabilidade social antes da participação no programa (51%). Em alguns casos esses agricultores não tinham acesso a direitos humanos básicos. Para 17% dos entrevistados as refeições cotidianas, por exemplo, eram basicamente os produtos produzidos em sua propriedade (frutas e verduras). Por conseguinte, a diversificação e a qualidade nutricional dos agricultores e familiares ficavam comprometidas. Além disso, alguns produtores não tinham acesso a bens de consumo como móveis e eletrodomésticos. Observou-se, por exemplo, que antes do PAA alguns agricultores não possuíam televisão, celulares, computadores, geladeira, automóveis, etc.

E essa produção de subsistência restringia também o crescimento da renda. A baixa renda dos pequenos agricultores, além de gerar vulnerabilidade social e impedir o desfrute de bens de consumo, acentuou problemas ligados a direitos básicos de educação, transporte público, saúde.

Com relação ao acesso à educação pelos agricultores e suas famílias, vale salientar que apesar de possuírem baixa escolaridade, 87% dos familiares em idade escolar frequentam centros educacionais primários, de nível fundamental e médio. No entanto, 54% dos estudantes tinham dificuldade em frequentar as aulas por conta de morarem distantes das escolas. Geralmente as escolas se localizavam em povoados maiores ou nos centros urbanos. Os familiares, em 62% dos casos não tinham condições de custear o transporte dos estudantes, e existiam situações em que estes eram impedidos de frequentar por conta das condições climáticas ou da estrada.

Ainda no que se relaciona ao transporte, cerca de 78% dos agricultores dependiam exclusivamente do transporte público para se locomover do campo para a cidade, visitar o médico

e/ou resolver outras questões pessoais. Em alguns casos era necessário andar por quilômetros para conseguir o transporte, e por se tratar, em alguns casos, de idosos e deficientes, esse cenário fica ainda mais crítico.

No que se relaciona à saúde, não existiam postos de saúde ou hospitais próximos para 57% dos pesquisados. E, novamente a dificuldade em se transportar, gerava também problemas no acesso a serviços de saúde. Deve se salientar ainda que as unidades de saúde mais próximas eram de baixa complexidade, ou seja, caso alguém da família tivesse problemas de saúde mais graves precisaria viajar longas distâncias para ser atendido.

4.2 Desenvolvimento Socioeconômico dos agricultores pós PAA.

Em 2003 o governo federal criou o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) com duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar o desenvolvimento da agricultura familiar. Os pequenos produtores sediados no município de Ilhéus, só tiveram acesso ao programa a partir de 2007 por meio da recém-criada Cooperativa de Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar do Sul da Bahia- COOFASULBA. Cada agricultor familiar poderia comercializar, inicialmente, seus produtos no valor de até R\$ 2.500,00. (Sdr, 2018).

Dentre os anos de 2010 e 2017, com o advento do PAA e do acesso da COOFASULBA a esse programa, 579 pequenos agricultores tiveram acesso às propostas. Da observação formal junto às lideranças associativas aos pequenos produtores rurais e da análise de documentos da associação, pode-se concluir que: houve um aumento da área plantada em face do teto para cada unidade de produção, que em 2010 foi de R\$ 4.500,00, chegando em 2017 a R\$ 8.000,00. Isso promoveu a diversificação de seus cultivos pelas demandas do programa. (SDR, 2018).

A cooperativa visando a segurança financeira dos seus cooperados optou, como forma de pagamento, pela abertura de conta bancária em um banco oficial, o Banco do Nordeste do Brasil (BNB). Esse aspecto oportunizou o acesso a programas de financiamento de crédito agrícola voltados à agricultura familiar, a exemplo do PRONAF. A abertura de contas bancárias viabilizou acesso à linha de crédito bancária para investimentos em projetos agrícolas. Segundo os pesquisados, o crédito permitiu que os agricultores passassem a ter mais acesso a bens de consumo diversos, em 58% dos casos.

Os agricultores, por meio da participação em um instrumento cooperativo de comercialização de seus produtos, contavam com uma renda contínua ao longo da execução do PAA. A melhoria na renda gerada a partir da venda de seus produtos para o PAA possibilitou que esses produtores tivessem progressos nos campos sociais e econômicos, segundo 76% dos agricultores. De acordo com os questionados, a melhoria mais evidente, para 73% dos pesquisados, foi quanto à qualidade da dieta alimentar.

A melhoria da renda, além de permitir melhores condições nutricionais e o acesso diversos bens de consumo, trouxe mudanças nas condições de acesso a transporte, educação e saúde. A grande maioria dos produtores não possuía um meio transporte próprio para facilitar a sua locomoção. Sobretudo na zona rural é muito difícil o transporte. Após o programa, além da melhoria das estradas vicinais, cerca de 27% dos produtores conseguiram comprar carros, motos ou outros meios que auxiliavam no transporte de suas famílias.

Outro importante aspecto observado diz respeito ao acesso à educação. A parcela mais jovem de crianças e adolescentes, principalmente, passaram a ter mais contato com a rede de ensino. A avanço da renda além de oportunizar melhores condições no transporte permitiu que 87% dos jovens pudessem atuar exclusivamente como estudantes. Há algum tempo atrás essa não era a realidade das populações rurais, que priorizavam o trabalho ao acesso à escola.

Por fim, o acesso à saúde também obteve resultados positivos significativos, mas que ainda poderiam ser aperfeiçoados. Os agricultores afirmam que chegar até os postos de saúde ou hospitais se tornou mais fácil para 66% dos agricultores, e as melhores estradas permitiram o acesso de programas preventivos de saúde da família. No entanto, serviços como cirurgias ou procedimentos complexos ainda eram muito difíceis de serem acessados.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa visou analisar a contribuição do Programa de Aquisição de Alimentos para além do combate a fome de beneficiados consumidores, mas também na perspectiva da melhoria da renda e do desenvolvimento socioeconômico dos agricultores familiares inseridas no contexto da COOFSULBA. Para isso foi necessário avaliar o perfil dos cooperados antes da implantação do PAA e o possível desenvolvimento socioeconômico provocado pelo programa em áreas como saúde, educação, transporte.

Por meio da análise dos dados foi possível identificar mudanças positivas na qualidade de vida das famílias beneficiadas pelo programa.

Segundo os entrevistados, as principais motivações para o aumento da renda causada pelo PAA foram o aumento da produtividade e da diversificação de seus cultivos com bom escoamento da produção e a certeza de comercialização desses produtos. Tudo isso gerou também uma aceleração do processo de desenvolvimento agrícola, sobretudo atingindo os agricultores familiares que passaram a usufruir de uma importante e certa complementação de renda. Em alguns casos a renda advinda do PAA passou a ser a principal fonte das famílias beneficiadas.

Com a melhoria da renda observou-se também o desenvolvimento em diversos aspectos da vida dos agricultores cooperados. Existiu uma melhoria considerável na qualidade e diversidade nutricional dos envolvidos. Ademais, por meio de acesso ao crédito e da possibilidade de assumir dívidas ou financiamentos em bancos, muitos dos agricultores puderam ter acesso a bens de consumo que não desfrutavam.

Deve-se salientar que nas áreas de transporte, educação e saúde também existiram mudanças significativas. O transporte público na zona rural é de difícil acesso. No entanto, a melhoria das estradas vicinais e a compra de meios de transporte próprios facilitaram a locomoção de muitos agricultores. No que se refere à educação, além do progresso no transporte que leva as crianças às escolas, existiu também um maior número de pessoas que poderiam se dedicar melhor aos estudos, sem ter que trabalhar para complementar a renda. Ademais, os agricultores passaram a ter melhor acesso a hospitais e demais serviços de saúde.

Conclui-se portanto, com base na análise dos dados, que o acesso ao programa por parte dos produtores da cooperativa, no período estudado, foi de fundamental importância para a melhoria da qualidade de vida dos cooperados. Oportunizou acesso a renda que, por sua vez, gerou desenvolvimento socioeconômico dos agricultores. O Programa de Aquisição de Alimentos, considerando o caso estudado, cumpriu importante função social e econômica que refletiu diretamente na qualidade de vida dos associados. Ademais, serviu como importante estratégia de desenvolvimento sustentável ambiental, social e econômico da região cacauzeira.

Por fim, na escrita deste artigo foram encontrados alguns percalços em especial pelo fato de se tratar de um estudo de casos que não permite realizar conclusões mais universais. Embora esse percalço seja considerado como limitação, ele também deve ser encarado como oportunidade para

estudos posteriores. Como sugestão para novas pesquisas, indicam-se estudos de casos múltiplos no intuito de verificar possíveis melhorias nas condições socioeconômicas dos agricultores familiares participantes do PAA.

Referências

- Agostini, Cíntia; Bourscheidt, Henrique José. (2017). *A Implementação do Programa de Aquisição de Alimentos nos Municípios do Vale do Taquari (RS): Uma análise da percepção dos executivos municipais*. Recuperado em 06/08/2019 de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032018000200275.
- Alves, Venícios Oliveira; Vieira, Naldeir dos Santos; Silva, Telma Coelho; Ferreira, Palloma. (2010). *O Associativismo na Agricultura Familiar dos Estados da Bahia e Minas Gerais*. Recuperado em 10/12/2019 de <https://www.locus.ufv.br/bitstream/handle/123456789/13336/47-48-1-PB.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.
- Assis, Silma Christina Rodrigues; Priore, Silvia Eloíza; Franceschini, Sylvia. (2015). *Impacto do Programa de Aquisição de Alimentos na Segurança Alimentar e Nutricional do Agricultores*. Recuperado em 12/09/2019 de <http://www.scielo.br/pdf/csc/v22n2/1413-8123-csc-22-02-0617.pdf>.
- Blumke, Adriane Cervi. (2017). *O Cotidiano de Quem Vive a Realidade da Fome*. Recuperado em 07/08/2019 de http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/6214/Adriane+CerviBl%FCmke_.pdf;jsessionid=9B4E234C0D5810CE4FF002FCD57066D9?sequence=1.
- Ceplac, (2019). *Premiados no Dia Internacional do Cacau destacam suporte técnico da Ceplac. 2013*. Recuperado em 10/08/2019 de <http://www.ceplac.gov.br/restrito/lerNoticia.asp?id=2095>.
- Conab. (2019). *Transparência Pública do PAA*. Recuperado em 12/04/2019 de <https://consultaweb.conab.gov.br/consultas/consultatransparenciapaa.do?method=abrirConsulta>.
- Ibge, (2018). *No Brasil, 15,2 milhões vivem abaixo da linha da extrema pobreza, diz IBGE. 2018*. Recuperado em 14/08/2019 de <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2018/12/05/no-brasil-152-milhoes-vivem-abaixo-da-linha-da-extrema-pobreza-diz-ibge.ghtml>.
- Ibge, (2004). *Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílio – PNAD. 2004*. Recuperado em 16/09/2019 de <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html?edicao=10526&t=sobre>.

- Maluf, R. S. (2001). Políticas agrícolas e de Desenvolvimento rural e de segurança alimentar. In: Leite S, organizador. *Políticas Públicas e Agricultura no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS. p. 58-85.
- Ministério de Desenvolvimento Social, MDS. (2010). *Programa de Aquisição de Alimentos*. Recuperado em 15/04/2019 de <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/segurancaalimentar/cartilha-paa-2010.pdf>.
- Ministério de Desenvolvimento Social, MDS. (2013). *Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) 2013*. Recuperado em 04/05/2019 de <http://mds.gov.br/assuntos/segurancaalimentar/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa>.
- Onu, (2016). Fome e Insegurança Alimentar. Recuperado em 16/06/2019, de <http://www.fao.org/brasil/pt/>
- Picolotto, Everton Lazzaretti. (2014). *Os atores da Construção da Categoria Agricultura Familiar no Brasil*. Recuperado em 24/05/2019 de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032014000600004.
- Santana, Alessandro Ferreira. (2013). *Análise do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA como Vetor de Fomento para a Agricultura Familiar no Município de Ilhéus-BA*. Recuperado em 12/09/2019 de http://nbcgib.uesc.br/cicacau/arquivos/producao_tecnico_cientifica/tese-alessandro-16-10-2013.pdf.
- Santos, André Rodrigues; Vieira, Naldeir dos Santos; Ferreira, Palloma Rosa; Santana, Thiago Teixeira. (2012). *Agricultura Familiar e Segurança Alimentar e Nutricional*. Recuperado em 07/08/2019 de https://portalseer.ufba.br/index.php/cgs/article/view/31555/pdf_18>Acesso.
- Santos, S., Soares, N., Benavides, Z. (2015). Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA). O caso dos Produtores de Ibicaraí-BA. *Revista de Estudos Sociais*. N 33, v. 17, p. 161.
- Schneider, Sérgio. (2003). *Teoria Social, Agricultura Familiar e Pluriatividade*. Recuperado em 23/08/2019 de <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n51/15988>.
- Secretaria de Desenvolvimento Rural, SDR. *Cooperativa familiar do Sul da Bahia lucro em 2018*. Recuperado em 19/05/2020 de <https://www.jornalgrandebahia.com.br/2018/12/cooperativa-da-agricultura-familiar-do-sul-da-bahia-comemora-lucro-em-2018/>.

Silva, Eliane Regina Francisco; Hespanhol, Rosangela Aparecida de Medeiros. (2019). *Políticas Públicas e a Criação de Programas Governamentais*. Recuperado em 05/05/2019 de <http://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/6328/5181>.